

CNPJ/MF 71.586.952/0001-87 - NIRE: 35.300.136.764

Cardim, n. 407, bairro

**ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.** - Artigo 1º: A sociedade tem a denominação de ARMCO DO BRASIL

**RÊNCIA** - Artigo 5º: O capital social é de R\$ 471.476.753,40, representado por 43.084.918 ações ordinárias (ON) sem valor nominal. Parágrafo único: As ações

legal, salvo renúncia expressa da parte. Havendo sobra, os demais acionistas terão preferência para a sua subscrição nas respectivas proporções salvo renúncia expressa. Parágrafo primeiro: Os aumentos de capital da sociedade deverão ser efetuados de acordo com o cronograma de investimentos elaborado

os acionistas remanescentes terão direito à preferência na sua aquisição, na proporção do número de ações que possuírem na ocasião. Os direitos daqueles

capital social (excluídas as Ações do acionista que deseja dispor), especificando, se for o caso, o nome do proponente, o prazo, as condições de pagamento, a quantidade de Ações ofertadas, bem como todos os demais elementos necessários para a apreciação da oferta. b) O acionista que receber a oferta (o

alínea “e” acima, não será permitido aos acionistas remanescentes vetarem a adesão do adquirente. g) Após o prazo de 30 dias referido na alínea “e”, se não

com a legislação em vigor. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL** - Artigo 10: A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 04 primeiros meses após o encerramento do exercício social para os propósitos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, e extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade o exigirem.

Artigo 14: As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, se

facultada a sua reeleição. Parágrafo primeiro: A ata da Assembleia Geral que eleger seus membros, deverá conter a qualificação de cada um dos eleitos, prazo de gestão e observar o devido arquivamento perante a Junta Comercial. Parágrafo segundo: Os conselheiros serão investidos em seus cargos, mediante

tomadas por maioria de votos. Parágrafo segundo: Das deliberações do Conselho lavrar-se-á ata em livro próprio e assinada por todos os membros presentes.

outros atos; IV. Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos no art. 132 da Lei nº. 6.404/76; V. Manifestar-se sobre o relatório de administração; VI. Manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando a Estatuta o exigir; VII. Deliberar, quando autorizada pela Estatuta

Aprovar a constituição de quaisquer Joint Venturi e/ou associações de qualquer natureza, entre esta sociedade e terceiros; XIII. Aprovar quaisquer das opera-

outros estabelecimentos da companhia, conforme recomendação da Diretoria; XVIII. Decidir sobre a aquisição de ações da própria companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, nesta última caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observando as disposições legais aplicáveis; XIX. Manter

XXIII. Constituir comitês de apoio ao Conselho Diretivo, para a discussão de assuntos de natureza estratégica da companhia, com a

-ambiente, saúde e segurança do trabalho, e responsabilidade social da companhia propostas pela Diretoria Executiva; XXVII. Deliberar sobre recomendações

caso, 7) participar dos comitês quando convocados, 8) adotar e respeitar as decisões do Conselho Diretivo, contribuindo efetivamente para a implementação das mesmas; 9) desenvolver as suas tarefas e apresentá-las dentro dos parâmetros pré-estabelecidos. Parágrafo segundo: Serão arquivadas no registro do

ilimitada. Parágrafo único: Além de outros cargos e funções que poderão ser implementados pelo Conselho Diretivo, os seguintes cargos da Diretoria terão as funções abaixo definidas: Diretor-Presidente, a qual terá as funções de, além daquelas estabelecidas nos artigos 20 a 24 do Estatuto Social: a) Dirigir pessoalmente

viabilidade de sua implementação; e i) Estabelecer, juntamente com os demais diretores, o orçamento anual, definindo volumes e custo de fabricação para

analisando criticamente os desempenhos contábeis, fiscais e operacionais de todas as unidades, analisando os balanços de demonstrações de resultados, preparando relatórios elucidativos para Presidência e Acionistas; d) Atuar junto ao mercado financeiro e órgãos públicos, na captação de recursos necessários

o mercado interno e externo na unidade matriz, filiais e demais Unidades de Negócio e b) Responder pelas estratégias de desenvolvimento de novos produ-

ões que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado. Artigo 23: Compete a Diretoria:

000.000,00; IV. Emitir, assinar e endossar duplicatas e letras de câmbio sendo que para valores acima de R\$ 5.000.000,00, será necessária a autorização

essencial à sociedade e emitir documentos, com a prévia e expressa autorização do Conselho Diretivo: X. Cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da companhia estabelecida pelo Conselho Diretivo, principalmente em suas áreas específicas de atuação: XI. Abrir e encerrar e movimentar contas

e investimento e/ou desinvestimento que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria, estabelecidos pelo Conselho Diretivo, e executar os investimentos e/

...ma, será necessária assinatura de, pelo menos, 02 (dois) Diretores constituídos em conformidade com o presente Estatuto. Artigo 24: Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas da Diretoria, no prazo de 30 dias seguintes à nomeação. Artigo 25: A Di-

onorrários e de uma participação anualmente deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, calculada sobre o lucro apurado. Parágrafo único: Compete

qualquer tempo, os livros e papéis da companhia solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

em benefício da comunidade de que participe a companhia; IX. Presidir as reuniões da Diretoria; X. Manter ligação permanente entre a Diretoria e o Conselho

prestar contas ao Conselho Diretivo a qualquer tempo, conforme convocação. Artigo 33: O Presidente será investido em seu cargo mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas da Diretoria, no prazo de 30 dias seguintes à nomeação. Artigo 34: O ato que caracterizar o desvio de poder implicará em

Parágrafo segundo: Os membros do Conselho Consultivo poderão ser substituídos e/ou destituídos a qualquer tempo, por indicação de acionistas

com antecedência mínima de 05 dias, com a indicação da ordem do dia. Tal procedimento poderá ser dispensado caso a totalidade dos membros do Conselho Consultivo esteja presente à Reunião ou pela se fizer representar. Parágrafo sexto: Nas Reuniões do Conselho Consultivo, qualquer membro poderá ser re-

companhia e o exercício de suas funções; (b) opinar sobre as contas, relatórios, Balanços Patrimoniais e Demonstrações Financeiras anuais, semestrais ou

amente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas, observadas as prescrições legais, solicitem sua instalação. Parágrafo segundo: A Assembleia Geral perante a qual foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal deverá eleger seus componentes e fixar sua remuneração. Artigo 38: Os membros do

ção da reserva legal e a importância para a formação de reserva de contingência. O saldo que resultar poderá ser partilhado, no todo ou em parte, como

os acionistas determinar a destinação dos resultados. Parágrafo segundo: Por deliberação do Conselho Diretivo, a companhia poderá pagar ou creditar aos seus acionistas, de forma individualizada, juros e título de remuneração do capital próprio, calculados sobre os centos do patrimônio líquido e limitados à vez

Artigo 42: Os casos omissos neste Estatuto serão decididos pela Assembleia Geral, especialmente convocada para tal fim, e respeitando os quereres estabelecidos neste Estatuto. Parágrafo único: Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, bem como, eleger o liquidante, fixando-lhe a remuneração.

entada pela Câmara de Arbitragem da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, obrigando-se os acionistas, administradores e a sociedade por esta

OAB/SP N. 122.319. ACIONISTAS: AETÉ PARTICIPAÇÕES S.A. (EDUARDO LINS - PROCURADOR; TRIENNALE FUNDO DE INVESTIMENTO EM

[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





[illegible]

	CNPJ/MF No. 54.702.488/0001-85 – NIRE SP nº 30.600.636.236
<b>NEW LUMEN PERFIS S.A.</b>	
<b>ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2025</b>	
Data, Hora e Local: 12/02/2025, às 10 hs., na sede. Convocação: Dispensada. Presença: Totalidade. Mesa: Marcelo Sanfianrui Tucci - Presidente; Carlos Lourenço Borges - Secretário Geral. Ordem do Dia: I – Aprovação da ata da última assembleia ordinária secundária ao objeto social da Cia.; II) Outros assuntos de interesse social. Deliberações: i) Aprovado a inclusão das seguintes atividades secundárias ao objeto social da Cia.: “Produção de laminados de alumínio CNAE 2441-/502”; e “Seleção e agenciamento de mão de obra CNAE 78.10-8-00”, alterando-se assim a redação do Artigo 3º. do Estatuto Social que passará a ter a seguinte redação: “Artigo 3° - A sociedade tem por objeto a fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias, recuperação de sacatas de alumínio, comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas, a produção de laminados de alumínio, e a seleção e agenciamento de mão de obra.” ii) Aprovado por unanimidade também, em virtude das deliberações acima, a alteração do Estatuto Social. Parecer favorável. iii) Multigestão aprovada e assinada pelos presentes. Acionistas: Frederico Augusto Furquim de Aguiar, Marcílio Moutinho, Paulo Roberto de Almeida Junior, Daniel D'Amorim Tassinari, Valeres Mobiliários Ltda p.p. Eli Francisco Tassini e Vítor Pereira Moscattelli. Guarulhos, 12 de fevereiro de 2025, Marco Sanfianrui Tucci - Presidente, Carlos Lourenço Borges - Secretário. ESTATUTO SOCIAL - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - New Lumen Perfis S.A., é uma sociedade anônima, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A sociedade tem sua sede e foro na Rua Mossamedes, 48 Bairro: Cidade Aracília – Guarulhos SP, e as seguintes filiais: No município de Itajaí - SC, na Rua Jorge Izachel, 833 – Sala 09 - Fazenda: Guanabara – SP, na Rua Ministro Hipólito, 596/610 - cidade Aracilândia - Jussara - São Paulo - SP. Seção III - Das Atividades Sociais. Artigo 3º - A sociedade tem por objeto a fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias, recuperação de sacatas de alumínio, comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas, a produção de laminados de alumínio, e a seleção e agenciamento de mão de obra. Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. Capítulo II - Do Capital Social e das Ações - Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 18.100.000, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 18.100 ações ordinárias nominativas. § Único - O direito de preferência para subscrição do aumento do capital social deverá ser exercido pelo acionista no prazo máximo de 30 dias da data da publicação, no órgão oficial, sob o competente aviso, sob pena de decadência. Artigo 6º - As ações ou títulos que as representam serão emitidos em nome próprio e não podem ser negociadas nem transferidas sem a assinatura dos titulares. Seção IV - Da Assembleia Geral - Artigo 7º - A AG tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Cia e tomar as resoluções que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento. § Único - A AG será instalada por um de seus Diretores, que a presidirá escolhendo um ou mais secretários. Artigo 8º - A AGO reunir-se-á dentro dos quatro primeiros meses ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei. Artigo 9º - A AGE reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem, mediante o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e nesse estatuto. § Único - Compete à AG: I – Fixar a orientação geral dos negócios da Cia, aprovando as diretrizes políticas e operacionais básicas, para todas as áreas principais da atividade da Cia, suas controladoras, empresas subsidiárias, coligações e arcabouços atuais, e planos de investimentos e os novos programas de expansão da Cia e de suas sociedades filiadas; II – Eleger e destituir, os Diretores da Cia e fixar-lhes as atribuições; – Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Cia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos; IV – Fixar a remuneração global anual dos diretores; V – Atribuir aos Diretores, parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Cia, inclusive intermediários, respeitando as limitações e disposições estatutárias e legais; VI – Manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, e autorizar a distribuição de dividendos intermediários com base em resultados apurados em balanço intermediário do exercício em curso; VII – Fixar o voto a ser dado pelo representante da maioria absoluta dos acionistas, quando necessário; VIII – Autorizar a emissão de debêntures e a contratação de empréstimos e financiamentos da sociedade nas condições que a Cia participa como quotista, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eletos em ato da Cia; VIII – Aquisição e alienação, a qualquer título, de bens imóveis; X – Participação da cia no capital de outras sociedades; XI – Alienação a qualquer título, transferência ou cessão a qualquer título ou ainda criação de parte substancial do ativo permanente da Cia, como tal entendendo-se ii) bens ou direitos que representem mais de 10% do patrimônio líquido; iii) direitos, licenças, autorização, permissão ou concessão governamentais de que seja titular a Cia; iii) qualquer participação societária contabilizada no ativo permanente ou iv) bens móveis, sendo que nos casos (ii), (iii) ou iv) supra, independentemente do respectivo valor, e, inclusive quando se tratarem tais alienações, transfereências ou cessões de capital das sociedades controladas ou coligadas; XII – Realização de operações de fusão, aquisição de ações, emissão de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias pela Cia, prestação de fiança, aval ou outra garantia a favor de terceiros ou de empresas, direta ou indiretamente coligada, controlada ou associada a esta Cia. XIII – Alteração do Estatuto Social, dissolução, transformação, fusão, cisão ou incorporação. XIV – Critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indenfedios, participação no lucro e ou nas vendas) da Diretoria e dos empregados em geral da sociedade bem qie a Cia houver efetuado investimento ou das cias controladas, dretas ou indiretamente, pela Cia, ou cola-	das ou as suas controladas. XV - Participação das sociedades em nova sociedade e netaudo investimento ou dascias controladas, distta ou indiretamente, pela Cia, ou das mesmas, diretamente ou indiretmente. XVI - Quaisquer negocíos ou contratos entre a Cia e seus administradores (e os sócios, direta ou indiretamente, dos acionistas da Cia), suas controladas ou controladoras ou controladas de suas controladoras, qualquer que seja o valor, ou autorização da celebração dos contratos que não atendam a essas condicöes; XVII - Quaisquer contratos de longo prazo, empréstitos, financiametos ou emissäo de títulos da dívida entre a Cia e seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades com quem mantenha relacionamento comercial, ou suas prorrogaçöes. XVIII - Decisões relativas à politica de investimentos e/ou à estrutura de capital da Cia e das sociedades em que a Cia houver efetuado investimento ou das companhias controladas, direta ou indiretamente, pela Cia, ou coligadas as suas controladas. XIX - Ausencia de negocös e deliberaçöes referidas neste artigo pelas sociedades controladas ou coligadas da Cia, ou das respectivas controladoras, ou das sociedades controladas ou coligadas do objeto social, inclusive através de consórcios ou sociedade em conta de participaçáo. Artio 10 - A convocação da AG compete á Diretoria e será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou acionista por ele convidado, ou ainda, por acionista designado por adamação dos presentes. Artio 11 - As deliberaçöes da AGOE serão tomadas, sem exceção, pela maioria absoluta do capital votante. Capítulo IV - Da Administração - Artio 12 - A Cia será administrada por uma Diretoria, na forma prevista em Lei e neste Estatuto. § 1º - A AG fixará o montante global da remuneraçáo dos administradores, cuja distribuçáo interna se fará pelos Diretores, em atençáo aos critérios fideles no capüt do artio 152 da Lei nº 6.404/76. Artio 13 - A Diretoria exercerá as atribuicöes conferidas por este estatuto e o Regulamento Interno, observando o disposto no inciso I do parágrafo único, com mandato de 3 anos, permitido a reeleiçáo, assm designado: Diretor Presidente e Diretor Financeiro. § 1º - Correndo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titúlar, caberá a AG eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fazendo, em qualquer dos casos, o prazo da gestáo e os respectivos vencimentos. § 2º - Compete á Diretoria exercer as atribuicöes que a Lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Cia. § 3º - Os mandatos dos Procuradores serão sempre assinados por 1 Diretor e outorgados para fins específicos e por prazo determinado, não excedente a 2 anos. § 4º - A Diretoria poderá, ainda, designar um dos seus membros para representar a Cia em atos e operaçöes no País ou no Exterior, ou constituir um procurador apenas para a prática de atos espeíficos, podendo delegar poderes especiais para cada caso. § 5º - Qualquer decisão tomada pela Diretoria requererá a reunir-se-á sempre que necessário, sendo que a convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reuniáo. § 6º - A reunião instalar-se-á com a presença do Diretor, que representará á maioria dos membros da Diretoria, e as atas das reuniões com as deliberaçöes da Diretoria serão registradas em livro próprio. Artio 14 - Compete especificamente ao Diretor Presidente: I - Submeter á aprovaçáo da AGO os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansáo da Cia e de suas empresas controladas, propondo uma sua execuçáo nos termos aprovados; II - Coordenar e supervisionar as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniöes; III - Formular as estratégias e atividades operacionais da Cia, bem como estabelecer a infraestrutura necessária para a realizaçáo dessas atuaçöes; IV - Ordenar as atividades operacionais da Cia, visando assegurar a continuidade, a sistematizaçáo, o controle de informaçöes e jurídica da sociedade; V - Exercer supervisão de todas as atividades da Cia; VI - Exercer as demais atribuicöes que lhe forem conferidas pela AG. Artio 15 - Todos e quaisquer atos, sem exceção, que implicaram responsabilidade ou gerarem obrigaçöes para a Cia ou dispensem obrigatöes de terceiros para com ela, sö serão válidos com a assinatura isolada do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro, podendo ainda, movimentar em qualquer estabelecimento bancário ou de crédito em geral, em todo o território nacional, abrir e encerrar contas correntes, depositar ou sacar valores, emitir cheques, celebrar contratos de crédito, realizar quaisquer transaçöes bancárias, sacar mesmo a descoberto, assinar papéis e documentos, requisitar talões de cheques, reconhecer, endossar e pagar promissórias e notas comerciais, receber e descontar cambiais e pagaré, e fazer tudo quanto couber para que seja eleito e instalado pela AG em que foi solicitado o seu funcionamento, compor-se-á de três membros efetivos e de igual número de suplentes. § primeiro - O Conselho Fiscal terá as atribuicöes e os poderes que a lei lhe confere. § segundo - Os suplenetes substituíráo os membros efetivos, automaticamente, na ordem de sua designaçáo. Capítulo V - Do Exercicio Social - Artio 17 - O exercicio social começa á dia 01 de janeiro e termina á 31 de dezembro de cada ano. Artio 18 - Os órgãos da administração apresentaráo a AGO proposta sobre a destinaçáo a ser dada ao lucro liquido do exercicio, obedecendo os dispositivos legais. § Único - O acionista terá direito a um dividendo mínimo, equivalente á parcela de 25% do lucro liquido de cada exercicio. Artio 19 - Poderáo ser levantados balanços gerais, sempre que a administraçáo julgá-lo oportuno. § Único - Quando a administração levantar balanço parcial, o presente artigo sofrerá alterações. Capítulo VI - Da Dissolução, Liquidación e Extinção - Artio 21 - Á dissolução e á liquidación com consequente extinçáo da sociedade serão efetuadas de acordo com a legislaçáo em vigor. Artio 22 - Compete ao Conselho de Administraçáo, se mantido pela AG, a escolha e nomeaçáo do liquidante. Artio 23 - AAG que determinar á dissoluçáo da sociedade escolherá os membros do Conselho Fiscal que acompanharáo á liquidação. Artio 24 - Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuido aos acionistas na forma determinada em lei. Juscp - n. 203.109.25-9 em 06/06/2025. Aloísio E. Soares Junior - Secretário Geral em Execução

# Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 31.701.408/0001-14 - NIRE 35.300.522.681

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2024**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 16 de fevereiro de 2024, às 9h30, na sede social da Athena Saúde Brasil S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dra. Ruth Cardoso, 8501, 4º andar, sala F, parte, CEP 05.425-070 ("Companhia").

**2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em decorrência da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. **Ana Teresa do Amaral Meirelles**; e Secretário: **Fabio Minamisawa Hirota**. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a consignação da renúncia do Diretor Financeiro da Companhia; (ii) a eleição e reeleição, conforme o caso, de membros para compor a Diretoria da Companhia; (iii) a consignação da renúncia do Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia; (iv) a eleição de novo membro para compor o Comitê de Auditoria da Companhia; e (v) a autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: **5.1.** Consignar a renúncia do Sr. **Pedro Guilherme Calandrin**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.200.481-2, inscrito no CPF sob o nº 228.892.048-39, aos cargos de **Diretor Financeiro** e **Diretor de Relações com Investidores** da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada e que segue anexa à presente ata (Anexo I). **5.2.** Ao contrário, aprovar a eleição e reeleição, conforme o caso, dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia: (i) a eleição da Sr. **Carmem Campos Pereira**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 17.429.335-5 (SSP/SP), inscrita no CPF sob o nº 11.333.448-79, para o cargo de **Diretora Financeira** da Companhia, conforme Termo de Posse anexa à presente ata (Anexo II); (ii) a reeleição do Sr. **Eduardo Gromatzky**, brasileiro, em união estável, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.692.212-8, inscrito no CPF sob o nº 326.823.858-00, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica** da Companhia, conforme Termo de Posse anexa à presente ata (Anexo III); e (iii) a reeleição do Sr. **Fabio Minamisawa Hirota**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.468.397-0, inscrito no CPF sob o nº 186.360.418-99, para o cargo de **Diretor Presidente** e **Diretor de Relações com Investidores**, conforme Termo de Posse anexa à presente ata (Anexo IV). **5.2.1.** O Sr. **Fabio Minamisawa Hirota**, cumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores interinamente, até que um novo membro seja eleito para o referido cargo. **5.2.2.** Em razão das deliberações tomadas acima, a Diretoria da Companhia fica composta pelos seguintes membros: (i) Sr. **Fabio Minamisawa Hirota**, como **Diretor Presidente** e **Diretor de Relações com Investidores**; (ii) Sr. **Carmem Campos Pereira**, como **Diretora Financeira**; e (iii) Sr. **Eduardo Gromatzky**, como **Diretor sem Designação Específica**. **5.3.** Consignar a renúncia do Sr. **Marco Antonio Barbosa Cândido**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 12521507-6, inscrito no CPF sob o nº 081.286.208-27, ao cargo de **Coordenador do Comitê de Auditoria** da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada e que segue anexa à presente ata (Anexo V). **5.4.** Ao contrário, aprovar a eleição do Sr. **Gustavo de Pauli Athayde**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 606701219, inscrito no CPF sob o nº 046.379.479-60, para o cargo de **Coordenador do Comitê de Auditoria** da Companhia, conforme Termo de Posse anexa à presente ata (Anexo VI). **5.5.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente Reunião do Conselho de Administração. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada por todos e assinada. Certifico que a presente e cópia do original lavrado no livro próprio. São Paulo/SP, 16 de fevereiro de 2024. **Ana Teresa do Amaral Meirelles** – Presidente; **Fabio Minamisawa Hirota** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 221.465/25-0 em 04/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

# BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

**Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da a ser realizada em 06 de agosto de 2025**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **06 de agosto de 2025, às 11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **a)** Deliberar sobre a aprovação ou não da concessão de waiver referente à recomposição do fundo de liquidez, conforme prazo a ser estabelecido; **b)** Deliberar sobre eventuais ajustes, modificações ou inclusões necessárias durante a vigência do edital de convocação, em razão de circunstâncias imprevisíveis ou necessidades identificadas no decorrer da sua execução; **c)** Reestruturação da operação: (i) nova concessão de carência conforme prazo a ser estabelecido para pagamento de juros e amortização dos CRI, a contar da parcela de maio de 2025, sem pagamento de prêmio ou multa pelas Devedoras CAPPA e C&M e a consequente alteração no fluxo de pagamento; e **d)** Caso o item (a) acima seja aprovado, proceder à aprovação, discussão e deliberação sobre a alteração de outros termos e condições relativos aos CRI, como o consequente aditamento de toda a documentação pertinente aos CRI. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para [amanda.melo@bsicapital.com.br](mailto:amanda.melo@bsicapital.com.br), [julio.dacar@terrainvestimentos.com.br](mailto:julio.dacar@terrainvestimentos.com.br), identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até **2 (dois) dias antes da realização da Assembleia**. Para os fins da Assembleia, considerase-**"Documentos de Representação": a) Participante pessoa física:** Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador**, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) Demais participantes:** Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 16 de julho de 2025. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (16.17 e 18/07/2025)

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/07/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)**





Anota Ai Soluções Digitais S.A.

CNPJ/ME nº 27.864.392/0001-93 – NIRE 35300616782

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 junho de 2025**

**1. Data, Hora e Local:** No dia 03 de junho de 2025, às 17:00 horas, na sede da Anota Ai Soluções Digitais S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Av. dos Autonomistas, 1496, Vila Yara, CEP 06020-012. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada em virtude da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Lucas Marini Pittioni; Secretário: Gustavo Carvalho Mendes. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pela única acionista da Companhia, sem quaisquer reservas ou ressalvas: 4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. 4.1. Aprovar a alteração do objeto social da Companhia para incluir as seguintes atividades: (i) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; e (ii) veiculação e a divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade em meio digital. 4.2. Em decorrência da deliberação acima, aprovar a alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; (ii) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (iii) consultoria técnica em gestão da informação; (iv) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; e (v) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; e (vi) veiculação e a divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade em meio digital." 4.3. Em razão das deliberações acima, o Estatuto Social da Companhia passará a vigorar conforme a versão consolidada constante do **Anexo II** à ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Osasco/SP, 03 de junho de 2025. (ass.) **Mesa: Lucas Marini Pittioni** – Presidente; **Gustavo Carvalho Mendes** – Secretário. **Acionista: Ifood.com Agência de Restaurante Online S.A.** Por: Lucas Marini Pittioni – Diretor; Por: Gustavo Carvalho Mendes – Cargo: Diretor. **Estatuto Social Consolidado – Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º.** A **Anota Ai Soluções Digitais S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Av. dos Autonomistas, 1496, Vila Yara, CEP 06020-012, podendo abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no país ou no exterior por deliberação dos membros da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; (ii) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (iii) consultoria técnica em gestão da informação; (iv) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; e (v) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; e (vi) veiculação e a divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade em meio digital. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social: Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 91.137.061,00 (noventa e um milhões, cento e trinta e sete mil, sessenta e um reais), dividido em 91.087.931 (noventa e um milhões, oitenta e sete mil, novecentas e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de novas ações emitidas pela Companhia, nos termos da legislação aplicável. **§ 2º.** É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **Artigo 6º.** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º.** A titularidade das ações da Companhia será comprovada pelo registro do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Capítulo III – Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 8º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses imediatamente seguintes ao término do exercício social precedente para: (i) apreciar e aprovar as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e outros documentos contábeis da Companhia; (ii) definir a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos; e (iii) eleger os membros da Diretoria da Companhia, quando aplicável, e, reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, considerando que todas as sessões serão convocadas e instaladas nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. **§ 1º.** **Artigo 9º.** A Assembleia Geral, seja ordinária ou extraordinária, será convocada por qualquer Diretor da Companhia por meio de publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo e em jornal de grande circulação, observando o disposto na Lei das Sociedades por Ações, e, adicionalmente, por notificação individual para cada um dos Acionistas, com aviso de recebimento. Poderá ser dispensada a observância dos procedimentos acima estabelecidos quanto à convocação quando a Assembleia Geral for devidamente instalada com a presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. As Assembleias Gerais serão realizadas na sede da Companhia ou em qualquer lugar diverso acordado pelos Acionistas. As cópias da ordem do dia e de todos os demais documentos disponibilizados aos Acionistas relativamente a uma Assembleia Geral serão enviadas, além dos meios previstos em lei, por e-mail na mesma data em que forem disponibilizados na sede da Companhia. **Artigo 10.** A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer pessoa indicada pela maioria dos Acionistas presentes à Assembleia Geral. O Presidente da Assembleia Geral indicará 01 (um) Secretário. **§ 1º.** A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvados os casos expressamente previstos na Lei das Sociedades por Ações e quando da presença de Acionistas representando a totalidade do capital social. **§ 2º.** Exceto quando maior quórum for fixado em lei, todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos Acionistas presentes. **§ 3º.** As atas das Assembleias Gerais deverão ser: (i) lavradas na forma de sumário das deliberações e dos fatos ocorridos, contendo ainda a indicação dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas, também em forma de extrato, com omissão das assinaturas. **Artigo 11.** A Assembleia Geral poderá instituir comitês para assessorá-la no desempenho de suas atividades. O escopo, a composição e o funcionamento de cada comitê serão definidos na assembleia que aprovar sua criação. **Capítulo IV – Diretoria: Artigo 12.** A Companhia será gerida e administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Artigo 13.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os Diretores. **Artigo 14.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos pela Assembleia Geral, será composta por no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, sendo o Diretor Presente e os demais diretores sem designações específicas. O mandato dos Diretores será unificado e terá o prazo de até 2 (dois) anos, até a data da realização da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado no ano anterior ao encerramento do mandato em questão, permitida a reeleição por um número ilimitado de mandatos consecutivos, sem qualquer limitação. **Artigo 15.** Além das atribuições previstas na Lei da Sociedade por Ações e no Estatuto Social, a Diretoria deverá elaborar e submeter à aprovação da Assembleia (e disponibilizar, a qualquer tempo, quando solicitada pelos Acionistas) contas mensais, balancetes mensais, relatórios financeiros anuais, orçamento operacional anual e/ou orçamento de capital. **Artigo 16.** A Companhia será representada e vinculada pela assinatura de: (i) 2 (dois) membros da Diretoria em conjunto; (ii) 1 (um) membro da diretoria em conjunto com 1 (um) procurador; (iii) por 2 (dois) procuradores em conjunto, nos limites dos respectivos mandatos; ou (iv) por 1 (um) diretor ou 1 (um) procurador, nos limites estabelecidos no § 1º abaixo. **§ 1º.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador nos seguintes casos: (a) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, em atos que não impliquem assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (b) nos mandatos com cláusula "ad judicium"; (c) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento dos quais a Companhia participe; e (d) representação da Companhia na celebração de acordos de confidencialidade, aditivos de renovação de prazo contratual, aditivos de ajustes comerciais cujo impacto financeiro seja igual ou inferior a 10% (dez por cento) dos valores negociados na transação original e documentos similares em transações já aprovadas e que mantenham as condições originalmente pactuadas para a transação. **§ 2º.** A Assembleia Geral poderá autorizar a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas 1 (um) dos membros da Diretoria ou por apenas 1 (um) procurador, considerando que as autorizações especifiquem os limites de tais atos. **§ 3º.** É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social. **§ 4º.** Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: (i) todas as procurações serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto; e (ii) os instrumentos de mandato deverão especificar a extensão dos poderes outorgados, bem como o prazo de validade, que não deverá ultrapassar 1 (um) ano, salvo nas hipóteses descritas no § 5º abaixo. **§ 5º.** Sem prejuízo da especificação dos respectivos poderes, as procurações outorgadas a advogados, para fins de representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, bem como perante órgãos governamentais, autarquias e concessionárias de serviços públicos, poderão conter cláusula de substabelecimento de poderes, com reserva de iguais, e ter prazo de validade indeterminado. **§ 6º.** A representação judicial será feita por mandatário ad judicium e, quando requerido depoimento pessoal, a Diretoria designará o Diretor ou o preposto que o deva prestar, tendo em conta a natureza do negócio sub judice. A representação perante autoridades administrativas e entidades autárquicas será feita individualmente por qualquer Diretor ou por intermédio de um procurador constituído nos termos do Estatuto Social. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 17.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidas por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo VI – Exercício Social, da Distribuição dos Lucros e Dividendos: Artigo 18.** O exercício social tem início em 1º de abril e encerra-se em 31 de março de cada ano. **Parágrafo único.** Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as disposições legais relevantes. **Artigo 19.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a administração apresentará à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, computado após a dedução dos fatores mencionados nos Artigos 189 e 190 da Lei das Sociedades por Ações de acordo com as disposições do § 1º deste Artigo e ajustado para o efeito de cálculo de dividendos em conformidade com o Artigo 202 da referida Lei das Sociedades por Ações, observando a seguinte ordem de deduções: (i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido deverá ser alocado para a conta de Reserva Legal, até que tal conta atinja a totalidade de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (ii) uma parcela poderá ser alocada à formação de uma reserva para contingências (reservas que poderão ser revertidas nos próximos exercícios sociais, de acordo com o Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações); (iii) pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido anual, ajustado conforme previsto no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações deverá ser pago aos Acionistas a título de dividendos obrigatórios; e (iv) uma parcela poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 1º.** A Assembleia Geral poderá declarar: (i) dividendos intermediários à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em balanços patrimoniais anuais ou semestrais; e (ii) dividendos intercalares com base nos lucros apurados em balanço levantado em períodos que não o anual ou semestral, observadas as limitações legais. **§ 2º.** A Assembleia Geral poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei, cujo valor poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, observadas a legislação e regulamentação aplicável. **Artigo 20.** A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a capitalização dos lucros ou das reservas de capital, inclusive as constituídas nos balanços patrimoniais intercalares, de acordo com a legislação aplicável. **Artigo 21.** Os dividendos não recebidos nem reclamados no prazo de 3 (três) anos a contar da data em que foram colocados à disposição do Acionista serão revertidos em favor da Companhia. **Capítulo VII – Liquidação da Companhia: Artigo 22.** A Companhia entrará em processo de liquidação nos casos determinados em lei. **Capítulo VIII – Disposições Gerais: Artigo 23.** Este Estatuto Social será interpretado e regido de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 24.** Os casos omissos no Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 25.** Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 219.009/25-9 em 01/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

**Ata de Retificação e Ratificação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2025**

**1 Data, Hora e Local:** Realizada no dia 10 de julho de 2025, às 17.00 horas, na sede da **Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, 15º andar, ala B, CEP 04794-000. **2 Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, que participaram por teleconferência. **3 Composição da Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente, e Camila Nascimento da Silva, como Secretária. **4 Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista o disposto no artigo 10 (m), do Estatuto Social da Companhia, para examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a ratificação dos itens (ii) e (iii) da Ordem do Dia da ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de junho de 2025, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 234.831/25-0, em 30 de junho de 2025, que deliberou, dentre outras matérias, sobre a realização de cessão definitiva de créditos pela Companhia para o **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stellantis Mobility I – Responsabilidade Limitada**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.351.481/0001-74 ("**RCA**", "**Cessão**" e "**Fundo**", respectivamente); (ii) a ratificação de todas as demais deliberações tomadas na RCA, que não tenham sido expressamente retificadas nesta reunião; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Companhia e seus representantes estatutários e/ou procuradores para a efetivação da Cessão e/ou da Aquisição das Cotas Subordinadas, bem como todos aqueles necessário para a consecução dos itens (i) e (ii) acima. **5 Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros presentes deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, **para aprovar:** (i) a ratificação dos itens (ii) e (iii) para corrigir os termos aprovados, conforme segue: **Onde lia-se: "(ii) a negociação dos termos e condições e posterior celebração de todos os documentos necessários para a realização da Cessão, incluindo o Contrato de Cessão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Cotas da 1ª (Primeira) Emissão da Classe Única do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stellantis Mobility I – Responsabilidade Limitada" ("Contrato de Distribuição") e demais contratos relacionados à Cessão e a emissão de cotas do Fundo;" Passa-se a ler: "(ii) a negociação dos termos e condições e posterior celebração de todos os documentos necessários para a realização da Cessão, incluindo o Contrato de Cessão, o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de Cotas Seniores da 1ª (Primeira) Emissão da Classe Única do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Stellantis Mobility I – Responsabilidade Limitada" ("Contrato de Distribuição"), bem como os respectivos aditamentos, e demais contratos relacionados à Cessão e a emissão de cotas do Fundo;" Onde lia-se: "(iii) a subscrição e a integralização de 100.000 (cem mil) cotas da 1ª (primeira) emissão da subclasse subordinada da classe única do Fundo, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Aquisição das Cotas Subordinadas");" Passa-se a ler: "(iii) a subscrição e a integralização de 100.000 (cem mil) cotas da 1ª (primeira) emissão da subclasse subordinada da classe única do Fundo, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Aquisição das Cotas Subordinadas"), sendo certo que os custos de todos os tributos e encargos incidentes sobre a subscrição e integralização das cotas emitidas pelo Fundo ("Cotas"), tanto na data de sua subscrição quanto na de sua integralização, incluindo, sem limitação, o imposto sobre operações financeiras (IOF) ("Custos de Tributos na Subscrição") poderão: (i) ser deduzidos do Preço de Aquisição (conforme definido no Contrato de Cessão), caso em que o valor correspondente aos Custos de Tributos na Subscrição será utilizado, pelo administrador do Fundo, a QI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Administrador"), na qualidade de responsável tributário, conforme o caso, para efetuar pagamento do tributo devido pelo respectivo cotista, sem alteração no Benchmark das Cotas Seniores (conforme definição no Contrato de Distribuição); (ii) não ser deduzidos do Preço de Aquisição, caso em que: (a) o Administrador, na qualidade de responsável tributário, conforme o caso, efetuará pagamento do tributo devido pelo respectivo cotista; e (b) o Benchmark das Cotas Seniores será acrescido no valor correspondente aos Custos de Tributos na Subscrição e o suplemento das Cotas será alterado para refletir a alteração; ou (iii) não ser deduzidos do Preço de Aquisição, caso em que o valor correspondente aos Custos de Tributos na Subscrição será acrescido ao montante total subscrito e integralizado, pela Companhia, relativo às Cotas Subordinadas, a título de taxa de ingresso, de forma que: (a) o Administrador, na qualidade de responsável tributário, conforme o caso, efetuará pagamento do tributo devido pelos titulares de Cotas (Subordinadas e Seniores), sem alteração no Benchmark das Cotas Seniores; (b) não haverá qualquer acréscimo ao valor subscrito e integralizado relativo às Cotas Seniores; e (c) o Regulamento será alterado para prever essa taxa de ingresso na subscrição das Cotas Subordinadas, observado que caberá à Companhia decidir, até 11 de julho de 2025, entre as opções (ii), (iii) e (iii) acima (desde que não haja oposição do coordenador líder de Oferta) e, caso não haja decisão por parte da Companhia, ou a decisão seja intempestiva, será automaticamente aplicada a opção (iii); (ii) a ratificação de todas as demais deliberações tomadas na RCA, que não tenham sido expressamente retificadas nessa reunião; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Companhia e seus representantes estatutários e/ou procuradores para a efetivação da Cessão e/ou da Aquisição das Cotas Subordinadas, bem como todos aqueles necessário para a consecução das deliberações contantes nos itens (i) e (ii) acima. **6 Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi a ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **7 Assinaturas:** Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente e Camila Nascimento da Silva Torres, como Secretária. Conselheiros presentes: Srs. Jean Pierre Avril, Vincent Hervé PY e Dominique Edmond Pierre Signora. São Paulo, 10 de julho de 2025. **Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente da Mesa; **Camila Nascimento da Silva Torres** – Secretária da Mesa. **Conselheiros: Jean Pierre Avril** – Conselheiro; **Vincent Hervé PY** – Conselheiro; **Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente do Conselho. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 244.033/25-0 em 14/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.**

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/07/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
**www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**

